

# METODOLOGIA DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E NORMATIVAS CURRICULARES NO TOCANTINS: INFLUÊNCIAS, DISSONÂNCIAS E TENSÕES

## METHODOLOGY OF ALTERNATE PEDAGOGY AND CURRICULAR GUIDELINES IN TOCANTINS: INFLUENCES, DISSONANCES AND TENSIONS

Katia Cristina Custódio Ferreira Brito **1**  
Rosilene Lagares **2**  
Meire Lúcia Andrade da Silva **3**  
Ana Gabriela Ferreira Brito **4**

Doutora em Educação pela UFSCAR (2019). Professora da **1**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Palmas, Curso de  
Pedagogia e Programa de Pós Graduação em Educação (profissional). Lattes:  
<http://lattes.cnpq.br/2258920700681561>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8519-4884>. E-mail: [katiacristina@uft.edu.br](mailto:katiacristina@uft.edu.br)

Pós-Doutora em Educação (Unoesc). Doutora e Mestre em Educação **2**  
(UFG). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de  
Palmas: Curso de Pedagogia, Programa de Pós Graduação em Educação  
Mestrado acadêmico e Doutorado em Educação na Amazônia (EDUCANORTE).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6515208027900665>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2959-5573>. E-mail: [roselagares@uft.edu.br](mailto:roselagares@uft.edu.br)

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás **3**  
(UFG). Professora na Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Gurupi  
- TO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6735648604184569>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1237-6422>. E-mail: [melucia26@hotmail.com](mailto:melucia26@hotmail.com)

Mestranda em Ensino em Ciência e Saúde pela Universidade Federal **4**  
do Tocantins (UFT). Servidora efetiva no Núcleo de Apoio à Saúde da Família -  
NASF em Guaraí - TO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1232228878683918>. ORCID:  
<https://orcid.org/0000-0002-8533-7176>. E-mail: [anagfbrito@gmail.com](mailto:anagfbrito@gmail.com)

**Resumo:** O artigo aborda as temáticas sobre Pedagogia da Alternância e Currículo. Tem por objetivo tecer leitura crítico-descritiva a respeito da abordagem da metodologia da Pedagogia da Alternância na implantação das normativas Curriculares do Território Tocantinense. O estudo tem caráter bibliográfico, com buscas em repositórios científicos da produção sobre Pedagogia da Alternância no Brasil na segunda década dos anos 2000; e documental, com análises de normas que estabeleceram diretrizes curriculares no âmbito nacional, sendo a Base Nacional Comum Curricular, e, de forma especial, no âmbito estadual, apreendendo as que subsidiaram a construção do Documento Curricular do Território do Tocantins. Presume-se certa influência, mas um maior distanciamento entre o Documento Curricular do Tocantins e a proposta metodológica da Pedagogia da Alternância, evidenciando uma construção pedagógica à margem das políticas públicas educacionais e curriculares centrais no Estado.

**Palavras-chave:** Política e Gestão Educacional. Documento Curricular do Tocantins. Currículo. Legislação da Educação. Escola.

**Abstract:** The article addresses the themes of Pedagogy of Alternation and Curriculum. It aims to provide a critical-descriptive reading about the approach of the Pedagogy of Alternation methodology in the implementation of the Curricular Guidelines for the Tocantinense Territory. The study has a bibliographic character, with searches in scientific repositories of the production on Pedagogy of Alternation in Brazil in the second decade of the 2000s; and documentary, with analysis of norms that established curricular guidelines at the national level, being the Common Base National Curriculum, and, in a special way, at the state level, apprehending those that subsidized the construction of the Curricular Guidelines for the Territory of Tocantins. A certain influence is presumed, but a greater distance between the Tocantins Curricular Document and the methodological proposal of Pedagogy of Alternation, showing a pedagogical construction outside the central educational and curricular public policies in the State.

**Keywords:** Educational Policy and Management. Curricular Document of Tocantins. Curriculum. Education Legislation. School.

## Introdução

Em tempos de imposição conservadora de programas e projetos governamentais, desvela-se do contexto educacional um questionamento que permeia as mais importantes análises sobre a escola e seu papel social, qual seja o desafio de construção de uma instituição que se estabeleça à luz do princípio da participação, construindo espaços educacionais que sejam públicos em sua essência, no âmbito dos direitos e das garantias legais e reais de aprendizagem.

Investigar a escola em sua complexidade e sobre seu papel na sociedade, tendo como eixo de construção uma instituição democrática, conduz ao desafio de compreender suas especificidades, assim como os caminhos da pluralidade, da diversidade e da qualidade social.

Contudo, vivencia-se uma realidade na qual, conforme Casimiro (2020), uma burguesia emergente, performática e ansiosa por ocupar espaços de poder, assim como prestígio e possibilidades de expandir-se interna e internacionalmente, aposta na estratégia mais conservadora e truculenta, articulada aos setores ruralistas e parte da grande burguesia industrial, como alternativa de mudança das estruturas da sociedade política, para se estabelecer e se projetar. Em suma, a grande farsa construída como projeto político nacional, que avança na forma de tragédia a partir dessa aposta da burguesia brasileira pela alternativa mais reacionária da extrema-direita, constitui, antes de tudo, um movimento que surge como alternativa no interior das próprias frações das classes dominantes.

A sociedade brasileira vem se tornando cada vez mais complexa e inúmeros fenômenos sociais passam a disputar a cena, por exemplo, novas tendências políticas e de grande diversificação institucional, sociopolítica e cultural. Sua ascensão é fruto de uma gama muito complexa de variáveis articuladas constituídas a partir do “produto deliberado de ações, atores e organizações, ou como fruto de processos contraditórios, e até mesmo contingenciais, que denotam as próprias contradições inerentes ao capital” (CASIMIRO, 2020, p. 13).

Nessa conjuntura, compreende-se a necessidade de investigar tais relações ao se observar que a educação é um fenômeno com características próprias, por meio das quais são confrontadas práticas socializadoras divergentes ocasionando dissonâncias e tensões.

Em assim sendo, o artigo em tela apresenta resultados de pesquisa<sup>1</sup> de caráter bibliográfico, com buscas em repositórios científicos da produção sobre Pedagogia da Alternância no Brasil na segunda década dos anos 2000; e documental, com análises de normas que estabeleceram diretrizes curriculares no âmbito nacional, sendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), e, de forma especial, no âmbito estadual, apreendendo as que subsidiaram a construção Do Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT) (TOCANTINS, 2019).

## Pedagogia da Alternância no Brasil: produções da segunda década do século XXI

Tecer a leitura crítico-descritiva proposta, em relação a metodologia da Pedagogia da Alternância, seu papel singular no conjunto das experiências de Educação do Campo e, ainda, perscrutar a relação do projeto de aprendizagem desenvolvido em seu âmago com recentes reformas curriculares constitui-se em um desafio. Para tanto, realizou-se um mapeamento bibliográfico que possibilitou o conhecimento e/ou reconhecimento de pesquisas realizados no Brasil acerca da Pedagogia da Alternância nos dez anos da segunda década dos anos 2000.

Para atingir o intento, utilizou-se o descritor Pedagogia da Alternância em busca na Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), juntamente com os filtros de data, sendo selecionadas apenas publicações entre 2010 a 2019, considerando os artigos revisados por pares.

<sup>1</sup> É parte de pesquisa desenvolvida no Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal da Universidade Federal do Tocantins (GepeEM) e no Observatório dos Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObsPE), vinculado a Anpae – Diretoria Estado do Tocantins.

Foram identificados 60 artigos a partir dos descritores e critérios de busca selecionados, sendo que, destes, 24 foram excluídos por serem duplicados ou não se adequarem à temática. Isto posto, 36 artigos foram selecionados<sup>2</sup>.

**Tabela 1.** Incidências de publicações por ano entre 2010 a 2019.

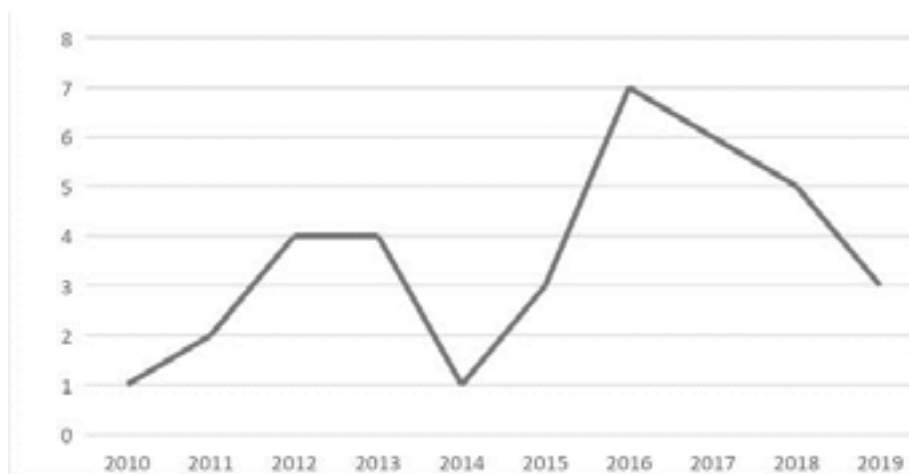
| Ano                   | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|-----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Número de publicações | 1    | 2    | 4    | 4    | 1    | 3    | 7    | 6    | 5    | 3    |

**Fonte:** Autoria própria, 2020.

Os referidos trabalhos foram catalogados verificando-se, inicialmente, que, no conjunto selecionado, o ápice de publicações ocorreu entre os anos de 2016 a 2018, em que se publicou 50% dos artigos examinados, o que indica um relativo crescimento nos estudos à medida que as experiências são divulgadas e implementadas em diferentes regiões do país.

Levando-se em consideração as regiões brasileiras, a Norte apresenta a maior quantidade de publicações sobre a temática, seguido pela região Sul. Os estados com maior número de publicações dentre os artigos selecionados foram Paraná e Tocantins, seguidos pelo Estado do Pará.

**Figura 1.** Incidências de Publicações por ano entre os anos de 2010 a 2019



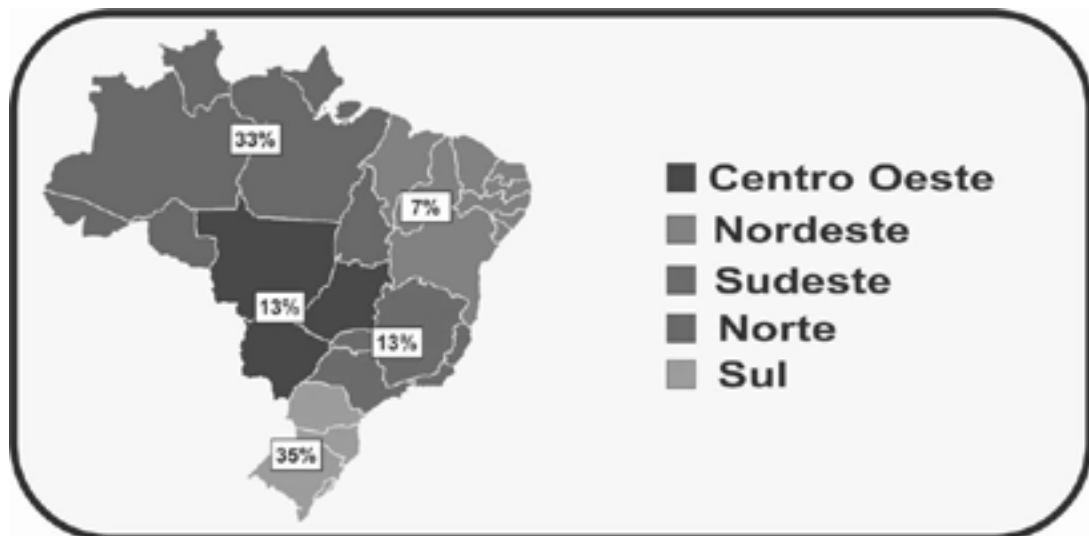
**Fonte:** Autoria própria, 2020.

Para a obtenção destes dados, foi utilizado o estado que os autores informaram no momento da publicação, sendo assim, a quantidade de estados é maior que a quantidade de artigos, uma vez que alguns artigos apresentaram autores de diversas localidades.

Na verificação da incidência de palavras chave, no conjunto dos artigos selecionados, evidenciou-se que os estudos relacionados a Pedagogia da Alternância são desenvolvidos em estreita relação com as temáticas e com as prescrições didático-pedagógicas para a Educação do Campo e se desenvolveram, com frequência, em contextos que evidenciaram a relação com a comunidade local e as famílias.

<sup>2</sup> Os artigos selecionados estão contemplados nas referências assinalados com asterisco (\*).

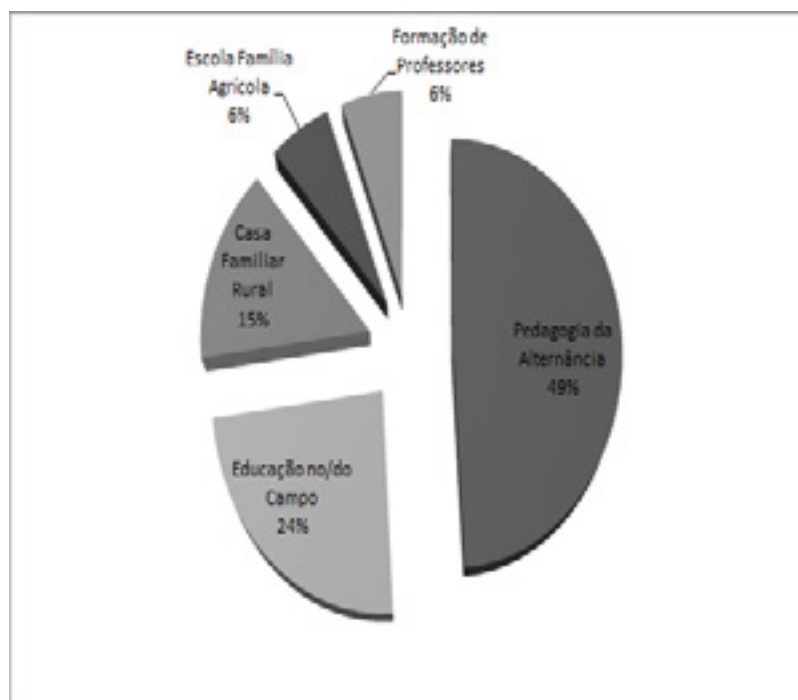
**Figura 2.** Incidência de artigos referentes a Pedagogia da Alternância por regiões do Brasil.



**Fonte:** Autoria própria, 2020.

Observou-se que a formação de professores despontou, ainda que de forma reduzida, entre as expressões constantes nas palavras chave dos artigos, o que se explica pela necessidade de formação específica quanto à metodologia utilizada.

**Figura 3** – Temas de maior incidência nas publicações de artigos referentes a Pedagogia da Alternância entre os anos de 2010 a 2019.



**Fonte:** Autoria própria, 2020.

Isto exposto, infere-se pela análise dos percentuais de incidência das palavras chave, que as expressões que se relacionam aos espaços educacionais (casa familiar rural e escola família agrícola), a educação do campo e ` formação docente orbitam em volta da Pedagogia

da Alternância, sendo, portanto, os temas mais estudados nas referidas pesquisas.

Ademais, na investigação das palavras chave foi utilizado um programa informático que produz uma nuvem de palavras, organizando-as, em várias cores e tamanhos, com base no número de menções feitas em determinado texto. A análise permitiu identificar que os estudos sobre Pedagogia da Alternância não estão dissociados das questões referentes à educação do campo e ao desenvolvimento sustentável; acrescenta-se a esta temática as questões pedagógicas e metodológicas. Observa-se o predomínio dos estudos de caso acerca de ações desenvolvidas nas unidades escolares.

**Figura 4.** Distribuição das palavras chave contidas nos artigos selecionados referentes a Pedagogia da Alternância<sup>3</sup>.



**Fonte:** Autoria própria, 2020.

A produção teórica no âmbito da Educação do Campo revela que a Pedagogia da Alternância tem se constituído em eixo fundamental das experiências educativas nos projetos, programas e políticas públicas para o ensino nas escolas do meio rural (SILVA, 2010; MOLINA, 2009; MENEZES, 2002). Conceito este, também, definido por Queiroz (2004); Begnami (2004); Silva (2000); Gimonet (1999), como um processo contínuo de aprendizagem e de formação na descontinuidade de atividades e na sucessão integrada de espaços e tempos.

Tal Pedagogia surge na primeira metade do século XX, e como uma alternativa pedagógica para atender aos interesses educacionais dos jovens, filhos de camponeses franceses. Posteriormente, a “proposta pedagógica foi disseminada em outros países, sendo, na atualidade, desenvolvida por coletivos diversos, em diferentes modalidades de educação” (ALVES; SANTOS, 2016, p. 2). De tal modo,

A introdução da Pedagogia da Alternância no Brasil ocorreu no final da década de 1960, mediada pelo modelo italiano de Programa de Alternância. Dessa forma, surgem as Escolas de Famílias Agrícolas (EFA), em 1969, no Estado do Espírito Santo, que só foram implantadas em nossa sociedade na década de 1980. Com estas duas experiências, isto é, EFA e CFR, que se constituíram referências, foram criados em âmbito nacional, em 2004, os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), integrando as diversas experiências de Pedagogia da Alternância em nossa sociedade (QUEIROZ, 2004, p. 02).

<sup>3</sup> Feito por meio do site <<https://www.wordclouds.com/>>, baseado nas palavras chave dos artigos selecionados.

Nessa perspectiva, é possível mencionar que, nos conceitos de Brasil (2006), a formação por alternância tanto inclui quanto transcende o espaço escolar e, portanto, a experiência torna-se um lugar com estatuto de aprendizagem e produção de saberes em que o educando assume o papel de protagonista, apropriando-se individual e coletivamente do seu processo de formação.

Assim, a Pedagogia da Alternância passa a ser entendida como uma metodologia que favorece o acesso e a permanência dos jovens e adultos do campo nos processos escolares, antes dificultada por sua característica seriada e estanque, sem articulação com a realidade e os modos da vida rural.

### **Construções Curriculares no Tocantins e a Pedagogia da Alternância**

Para a leitura crítico-descritiva proposta, recorre-se a legislação que ampara a construção das políticas educacionais e curriculares pelos entes federados e, ainda, a diferentes possibilidades e modalidades de educação formal, dentre elas, a educação do campo, que se caracteriza por diversas metodologias, intenções e pressupostos, destacando-se a Pedagogia da Alternância.

No que diz respeito a legislação, no desenvolvimento deste estudo, foram apreendidas as bases normativas explicitadas no Quadro que segue.

**Quadro 1.** Bases normativas do currículo da Pedagogia da Alternância.

| <b>Bases normativas</b>   | <b>Destaques</b>   |
|---|--|
| Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988)  | Artigos 210 e 211  |
| Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996)   | Artigo 26  |
| Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014)   | Metas 2 e 7  |
| Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (BRASIL, 2010)  | Artigos 14 e 15  |
| Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017)  | Texto Introdutório p. 16 e 17  |
| Plano Estadual de Educação (PEE) (TOCANTINS, 2015)  | Meta 6 e Estratégia(s)<br>Meta 7 e Estratégia(s)<br>Meta 14 e Estratégia(s)<br>Meta 21 e Estratégia(s)   |
| Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. 2009. (TOCANTINS, 2009) | Parte introdutória e matriz de conteúdos e habilidades   |
|   | Pressupostos Teóricos p. 1; 22; 23   |
| Documento Curricular do Tocantins (DCT) TOCANTINS, 2019)  | Caderno de componentes curriculares: Línguas; Ciências da natureza e matemática e Ciências humanas.<br>Os cadernos não fazem menção a pedagogia da alternância |

**Fonte:** Autoria própria, 2020.

A Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988) instituiu a educação como direito público subjetivo, independentemente de os cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais. Desse modo, os princípios e preceitos constitucionais da educação abrangem todos os níveis e modalidades de ensino ministrados em qualquer parte do país. Embora não faça referência direta e

específica à educação do campo em seu corpo, a Carta Constitucional possibilitou às Constituições Estaduais e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) o tratamento da Educação do Campo no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças. No que se refere ao currículo, a CF garante e determina no artigo 210 que: “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

De igual teor, a LDB, no artigo 26, indica que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Compromisso esse reafirmado pelas DCN nos artigos 14 e 15 (BRASIL, 2010):

Art. 14. A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras de conhecimento científico e tecnológicos; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.

Art. 15. A parte diversificada enriquece e complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, [...].

Prosseguindo, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 – Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014), respaldou a temática no conjunto das metas 2, 3 e 7 e, de forma específica, na estratégia 7.1:

Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

Problematizando a respeito das normativas apresentadas, pode-se afirmar que tais determinações, embora amparadas na CF e na LDB, e, portanto, instituídas, não foram institucionalizadas em contextos locais. Mueller (2018, p. 49), afirma que esse amparo, carrega na sua definição uma questão importante, que ao mesmo tempo pode ser incoerente: “de que forma os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente em um país da dimensão do Brasil poderiam ser reduzidos a algo comum, igualmente aplicável a todos os povos brasileiros”.

Em 2017, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro (BRASIL, 2017), foi aprovada a BNCC que, em seu texto introdutório, afirma que os currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação.

Entretanto, há ênfase nas diferentes modalidades de ensino (educação especial, educação de jovens e adultos, educação do campo) atendendo-se às orientações das diretrizes curriculares nacionais. Mais uma vez, observa-se a ausência de menções à Pedagogia da Alternância. Assim, cabem as interrogações: qual o significado dessa ausência? A Pedagogia da Alternância estaria contemplada nas prescrições referentes à Educação do Campo?

É, também, da alçada dos entes federados responsáveis pela implementação da BNCC

o reconhecimento da experiência curricular existente em seu âmbito de atuação. Nas duas últimas décadas, mais da metade dos estados e muitos municípios vêm elaborando currículos para seus respectivos sistemas de ensino, inclusive para atender às especificidades das diferentes modalidades (BRASIL, 2017). Novamente, cabem outras interrogações: será atribuição do Estado do Tocantins elaborar um currículo para atender a metodologia da Pedagogia da Alternância? Qual o papel dos demais entes federados?

Notadamente, no contexto do Tocantins, na segunda década do século XXI, o Plano Estadual de Educação (PEE/TO) (TOCANTINS, 2015), preceituou em seu artigo 7º, § 1º, que cabe aos municípios estabelecerem, nos respectivos planos de educação, estratégias que garantam “a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais”, bem como que “considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural”.

Ademais, no conjunto de suas metas e estratégias, o Plano expressou o papel da Pedagogia da Alternância, assim como a necessidade da observância de suas especificidades, do regime de colaboração, da participação social, da profissionalização dos trabalhadores da educação:

6.21 [...]

II – garantia de oferta de educação do campo e quilombola com qualidade e equidade para o atendimento das demandas, valorizando a participação, mediante a articulação interfederativa e com os movimentos sociais, em defesa dos segmentos populacionais do campo, assegurando a oferta no próprio campo e, quando necessário, a nucleação e o **regime da alternância**, com transporte intracampo;

III – promoção de política pública de formação inicial e continuada, para habilitação e capacitação dos profissionais da educação do e no campo e nas comunidades remanescentes de quilombos, assegurada às especificidades da demanda e valorização dos processos metodológicos para o desenvolvimento da **pedagogia da alternância**.

7.4. Implementar, a partir do segundo ano de vigência do PEE/TO, programa de adequação e reordenamento de políticas estaduais que assegurem a aplicação da **pedagogia da alternância**, com metodologia e currículo que garantam o desenvolvimento dos direitos e objetivos da aprendizagem, as especificidades regionais, locais, sociais e culturais, respeitando o tempo e os espaços;

7.5. assegurar, em regime de colaboração com os Municípios, a realização de audiências públicas regionais com as comunidades dos territórios da cidadania, para ampliar a oferta da educação do campo, por meio da **pedagogia da alternância**, criando, pelo menos, uma escola com esta metodologia, em cada um dos territórios, mediante o interesse das populações do campo e das comunidades quilombolas;

14.4. assegurar, em regime de colaboração com os Municípios, a construção e implantação de escolas, a partir da realização de audiências públicas regionais com as comunidades para identificação da demanda de oferta da educação escolar quilombola, adotando como metodologia a pedagogia da alternância;



[...]

21.7. assegurar quadro de pessoal específico às escolas em tempo integral e educação do campo em regime de alternância/internato (TOCANTINS, 2015). (Grifo nosso).

Em 2019, foi aprovado o Documento Curricular para o Território do Tocantins (DCT) (TOCANTINS, 2019), o qual, segundo a memória apresentada no Caderno Pressupostos Teóricos (TOCANTINS, 2019), resultou de um processo de construção coletiva e democrática, com o Conselho Nacional de Secretários de Educação dos Estados (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) estabelecendo ações coletivas com diversas instituições e representações dos profissionais de educação. Entre tais parcerias, destaca-se a participação de professores de instituições de ensino superior, tais como a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o Instituto Federal do Tocantins (IFTO), e professores das redes estadual e municipal de diversas localidades, totalizando 185 colaboradores atuando diretamente em sua elaboração.

O documento contemplou a regionalidade do Tocantins, assim como apresentou um conjunto mínimo de habilidades e competências essenciais para a vida do estudante de forma equânime aos demais estudantes de qualquer parte do país, conforme preconizado na BNCC. No DCT, a proposta curricular representou um direcionamento para a educação básica, a fim de possibilitar o desenvolvimento do educando tanto para sua vida de estudos como para sua inserção no mundo do trabalho. Sendo assim, deve ser entendido como um documento de caráter pedagógico para a garantia de uma aprendizagem significativa (TOCANTINS, 2019).

Ressalte-se que, nesse currículo comum, foram abordados os princípios que norteiam a base do ensino no Tocantins, em consonância com a Constituição Estadual e suas alterações (TOCANTINS, 1989), especificamente, no que preceitua seu artigo 124, que assegura “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, assim como determina a preservação dos valores educacionais locais e regionais”, e seu artigo 127 que reforça a importância da formação cultural e regional por meio de conteúdo complementar.

No DCT, a Educação do Campo tem identidade fundamentada nas questões próprias de sua realidade, considerando os conhecimentos e as vivências dos alunos, a temporalidade, os saberes consolidados e passados de geração para geração, a trajetória história da comunidade e as formas de organização social e cultural típicas. Em assim sendo, a presente proposta tem sentido integrador, cujos fundamentos e orientações curriculares partem desse panorama para a construção dos conhecimentos escolarizados, como disposto na LDB (BRASIL, 1996, art. 28), que prevê essa modalidade de ensino e define sobre adaptações curriculares às peculiaridades da vida rural e de cada região, orientando aspectos pedagógicos essenciais à ação pedagógica tais como “conteúdos curriculares e metodologias apropriadas; [...] Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho na zona rural”.

As propostas pedagógicas direcionadas a esta modalidade de ensino devem, portanto, retratar a diversidade do campo em seus diferentes enfoques, dentre outros, culturais, sociais, econômicos, políticos, étnicos, de geração, assegurando assim uma atuação pedagógica que desenvolva os princípios relacionados a sustentabilidade e a preservação da vida.

O conjunto de evidências captado dos documentos curriculares analisados do estado do Tocantins e submetido à análise permite supor que, em relação ao currículo para a Pedagogia da Alternância, não está explicitada uma metodologia da forma como prevê a legislação educacional nacional e, também, as metas e estratégias do próprio PEE.

Evidenciam-se, então, influências, dissonâncias e tensões, com aproximações e distanciamentos entre o previsto na BNCC e a Pedagogia da Alternância no Território Tocantinense. Aproxima-se, sobretudo ao inserir como um dos elementos centrais a regionalidade do Tocantins. Mas, distancia-se, considerando que a Pedagogia da Alternância não deve estar distante dos movimentos que a produziu e produz, das concepções que a fez e faz evoluir em meio aos

valores que apregoa, das características da prática social que materializa mudanças de consciência na educação que produz, da cultura do trabalho realizado no meio rural por camponeses, indígenas, quilombolas e assalariados do campo, enfim, da educação como direito (MUELLER, 2018).

Ainda, apoiando-se em Mueller (2018), distanciam-se por não representarem as mesmas classes sócio educacionais, não há interesses em comum, divergem teoricamente em concepção de educação e, mais importante, porque a BNCC não é um projeto cancelado pela participação popular, entre eles os movimentos sociais do campo, como o MST.

Em acordo com Santos (2003, p. 56), “Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Portanto, depreende-se “Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”. Nesse sentido, no Tocantins, há, pelo menos, cinco escolas que utilizam a Pedagogia da Alternância (<https://www.seduc.org.br>), cada uma exigindo ter assegurado o direito ao atendimento em suas especificidades e, ao mesmo, tempo o direito a uma mesma educação de qualidade com aprendizagem significativa.

O que impõe a reflexão de que a escola precisa tornar-se um espaço que favoreça o aprendizado, a autonomia, o respeito à diversidade, a investigação e a inovação, onde se intensifique a integração entre o conhecimento e o sujeito, conforme Libâneo (2005, p. 117):

[...] portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove para todos o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos estudantes.

Para enfrentar esse desafio, a escola deve ser fortalecida pelas demais instituições sociais, pois “é uma organização em que tanto seus objetivos e resultados quanto seus processos e meios são relacionados com a formação humana, portanto, o fortalecimento das relações sociais, culturais e afetivas devem ser enfatizadas no cotidiano escolar.” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p. 994). Reside aí um dos desafios para a metodologia da Pedagogia da Alternância no Tocantins, em meio as influências, dissonâncias e tensões.

## **Anotações conclusivas**

Na leitura crítico-descritiva a respeito da abordagem da metodologia da Pedagogia da Alternância na implantação das normativas Curriculares do Território Tocantinense, destacaram-se influências, dissonâncias e tensões neste movimento.

Na revisão bibliográfica apresentada, identificou-se um conjunto de pesquisas que viabilizam a aproximação da realidade específica das escolas que atuam em alternância, a flexibilidade e o cuidado com os saberes compartilhados, bem como, a necessidade problematização no campo das políticas educacionais visando o cumprimento das atribuições de cada ente federado.

Das análises documentais, a normativa curricular aponta para as especificidades da educação do campo e para a necessidade de se incorporar ao ensino a formação profissional e tecnológica para o meio rural, inserindo de forma pontual a Pedagogia da Alternância ao estabelecer que o estudante participe, alternadamente, em dois ambientes de aprendizagem, a escola e a prática laboral, como parte do currículo escolar. Podendo a alternância ser de dias, semanas, meses ou blocos ao longo do curso. Contudo, os Cadernos Curriculares do DCT não tratam da especificidade e das práticas metodológicas para atender a demanda da Pedagogia da Alternância.

Embora a CF de 1988 garanta no artigo 211 que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino para efetivação do direito à educação, os documentos analisados não explicitam as particularidades tangíveis à

Pedagogia da Alternância, como por exemplo, as DCT que não apresentam habilidades, objetos de conhecimento e sugestões pedagógicas para atender as particularidades da metodologia Alternância.

O ordenamento jurídico e documental ampara a elaboração de currículos específicos para o atendimento de outras culturas e saberes, por fim, no artigo 73º da Resolução 024/2019 que aprovou o DCT explícita que o mesmo será revisado após 5 (cinco) anos contados a partir da publicação da Resolução,

A síntese possível do exposto no estudo é de que concordar ou discordar da obrigatoriedade da consonância entre a BNCC, as DCT e a Pedagogia da Alternância, por exemplo, implica a responsabilidade de expressar como as relações sociais inerentes à vida pessoal e profissional de cada um auxiliou nas diferentes formas de perceber a realidade.

## Referências

AIRES, Helena Quirino Porto; VIZOLLI, Idemar; STEPHANI, Adriana Demite A prática da Pedagogia da Alternância na Escola Família Agrícola de Porto Nacional no estado do Tocantins. **Perspectiva**. 36. p. 244-268. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ALVES, Luzia Aparecida; FERRAZ, Deise Luiza da Silva; MUELLER, Rafael Rodrigo. Os impactos da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco na Região Sudeste do Paraná: o caso CEDEJOR. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 2, p. 1-27, 2014.

ALVES, Maria Santana Nunes; SANTOS, Ana Roseli Paes dos. Pedagogia da alternância nas escolas do campo no quilombo Kalunga do mimoso: desafios e possibilidades: desafios e possibilidades. **Criar Educação**, [s.l.], p. 1-11, 1 dez. 2016. Fundação Educacional de Criciúma- FUCRI.

ANDRADE, Jackeline Amantino de; VALADAO, José de Arimatéia Dias. Análise da instrumentação da ação pública a partir da teoria do ator-rede: tecnologia social e a educação no campo em Rondônia. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 407-430, Junho 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 13 abr. 2020.

ASSUNÇÃO, Carlos; BORGES, Renato Borges. Etnomatemática e Pedagogia da Alternância: Elo entre saber matemático e práticas sociais. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 4-34, feb. 2012. ISSN 2011-5474. Disponível em: <http://www.revista.etnomatematica.org>. Acesso em: 13 abr. 2020.

BEGNAMI, João Batista. **Uma geografia da pedagogia da alternância no Brasil**: Brasília: Cidade, 2004. (Unefab Documento Pedagógico).

BÔAS, Rafael Litvin Villas; PINTO, Viviane Cristiana; ROSA, Simone Menezes. A Escola de Teatro Político e Vídeo Popular do Distrito Federal: formação pelas práxis: formação pelas práxis. **Urdimento**, [s.l.], v. 1, n. 34, p. 36-47, 8 abr. 2019. Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, v. 11, 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. Parecer **CNE/CEB nº 01/2006**. Reconhece a Pedagogia da Alternância. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 07/2010**. Aprova Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 002/2017**. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2020.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020. 184 p.

CONCEIÇÃO, José Jeová Xavier; RODRIGUES, José Carlos da Costa. Caminhos da sustentabilidade: análise preliminar das práticas pedagógicas e o ensino aprendizagem dos alunos na escola família agrícola Rio peixe-Balsas/MA. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 69-81, jul. 2012. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

COSTA, João Paulo Reis; ETGES, Virgínia Elisabeta. Educação do Campo no Brasil – a experiência da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - EFASC. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 300-319, set. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer>. Acesso em: 13 abr. 2020.

DETOGNI, Andreia Aparecida; ZANCANELLA, Yolanda. Casa Familiar Rural de Coronel Vivida - PR: desafios da formação continuada em Pedagogia da Alternância. **Rev. Bras. Educ. Camp. Tocantinópolis** v. 1 n. 1 p. 47 – 70 jan./jun. 2016 ISSN: 2525-4863. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

DIAS, Franciele Franco; LEONEL, André Ary. Escolas do campo: um olhar sobre a legislação e prática suplementadas no ensino de física. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc.**, Belo Horizonte, v. 20, e 2874, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 13 abr. 2020.

DUARTE, Claudia Glavam; TASCETTO, Leonidas Roberto. Educação do campo e etnomatemática: um diálogo entre Deleuze, Guattari e Wittgenstein. **Revista Pedagógica**. v. 15, n. 30. 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas>. Acesso em: 13 abr. 2020.

FERRARI, Glauca Maria; FERREIRA, Oseias Soares. Pedagogia da Alternância nas produções acadêmicas no Brasil (2007-2013). **Revista Brasileira de Educação do Campo**, 1(2), 495-523. 2016. Disponível em <http://www.scielo.org> Acesso em: 13 abr. 2020.

GIMONET, Jean-Claude. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação. In: Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento, 1, 1999. **Anais...** Salvador: UNEFAB, 1999, p. 39-48.

JESUS, José Novais de. A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás. **Nera**, [s. l.], ano 14, ed. 18, p. 07-20, 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

KLEIN, Cláudia. A questão do gênero e a Pedagogia da Alternância na Casa Familiar Rural de São José do Cedro (SC). **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 14, n. 29, p. 565-582, 15 jul. 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

MASSUCATTO MOCELIN, Nayara; BERNARTT, Maria de Lourdes; TEIXEIRA, Edival Sebastião. Tensionamentos e vicissitudes atuais da pedagogia da alternância no Paraná. **HOLOS**, v. 8, p. 285-297, dez. 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MENEZES, Raquel Reis. **Pedagogia da Alternância e Novo Paradigma Educativo:** Estudo Comparativo entre os Quatro Pilares do Movimento EFA'S e os Saberes Necessários à Educação do Futuro. Portugal, Universidade Nova de Lisboa, 2002.

MIRANDA COSTA, Eliane. Licenciatura em Educação do Campo: intencionalidades na formação de educadores do campo no Marajó. **Educación**, Lima, v. 26, n. 50, p. 88-103, marzo 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MOLINA, Mônica Castagna (Org.) **Educação do Campo e formação profissional:** a experiência do Programa Residência Agrária, Brasília: MDA, 1 ed. 2009.

MORO, Ildranis Laquini. Práticas pedagógicas em geografia na perspectiva da pedagogia da alternância. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 123 - 136, nov. 2016. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MUELLER, Eduardo Ribeiro. **A base nacional comum curricular no contexto da educação do campo:** desencontros e contradições. 2018. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá - MT, 2018.

OLIVEIRA, Assis da Costa; PARENTE, Francilene de Aguiar; DOMINGUES, William César Lopes. Pedagogia da Alternância e(m) Etnodesenvolvimento: realidade e desafios. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1545-1565, Dec. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PALARO, Ricardo; BERNARTT, Maria de Lourdes. O trabalho como princípio educativo e como princípio de alienação: possibilidades e limites da pedagogia da alternância. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 12, n. 46, p. 293-308, 11. 2012. Disponível em <http://www.scielo.org>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PINHO, Maria José; NASCIMENTO, Elzimar Pereira. Pedagogia da alternância e a prática inter e transdisciplinar em escolas do campo. **Eventos Pedagógicos**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 7, dez. 2016. Disponível em: <http://sinop.une-mat.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PORTUGAL, Jessica; DA SILVA, Francidalva Gomes; TREVISAN, Inês. A Biologia na Pedagogia da Alternância: perspectivas e desafios de uma ciência natural integrada a Casa Familiar Rural de Altamira-Pará. Amazônia: **Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, [S.l.], v. 12, n. 24, p. 73-84, jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PRAZERES, Maria Sueli Correia dos. Educação do campo e pedagogia da alternância no Brasil e na Amazônia: bases históricas. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 13, n. 52, p. 357-371, 19 nov. 2013. Disponível em <http://www.scielo.org>. Acesso em: 13 abr. 2020.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: ensino médio e educação profissional. **Soc. estado**. Brasília, v. 19, n. 1, p. 253-254, June 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Poderá o direito ser emancipatório?" **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n 65. p. 3-76. 2003. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SILVA, Adriana Rodrigues da; SULZBACHER, Aline Weber. A educação do campo e o ensino de geografia: reflexões a partir de experiências em escola família agrícola. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA** [s. l.], v. 8, ed. 15, p. 87-108, 2018. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SILVA, Cícero da; ANDRADE, Karylleila dos Santos; MOREIRA, Flávio. A retextualização no gênero **Caderno da Realidade na Pedagogia da Alternância**. v. 37, n. 4, p. 359-369, 1 out. 2015. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SILVA, Cícero da; GONÇALVES, Adair Vieira. O gênero Caderno de acompanhamento na Pedagogia da Alternância: espaço de diálogo entre família e escola. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 3655-3668, ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SILVA, Cícero da. Práticas educativas no contexto da pedagogia da alternância: uma experiência formativa com educadores do campo. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 21, n. 3, p. 818-837, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/publicacoes/periodicos/etd>. Acesso em: 6 fev. 2020.

SILVA, Cícero da; GONCALVES, Adair Vieira. **A etnografia e suas contribuições para o desenvolvimento de uma pesquisa no contexto de ensino da pedagogia da alternância**. Trab. linguíst. apl., Campinas, v. 57, n. 1, p. 551-578, Apr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SILVA, Lourdes Helena. **A relação escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância**. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2000.

SILVA, Lourdes Helena. Concepções & Práticas de Alternâncias na Educação do Campo: Dilemas e Perspectivas. **Revista Nuances: estudos sobre Educação**. Ano XVII, v. 17, n.º 18, p.180-192, jan./dez. 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SILVA, Lourdes Helena. A pedagogia da alternância na educação do campo: velhas questões, novas perspectivas de estudos. **EccoS – Revista Científica**, 0(36), 143-158. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SILVA, Uédio Robds Leite da; NERY, Victor Souza Cunha. PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO AMAPÁ: um estudo na Escola Família Agrícola do Pacuí. **Revista Eventos Pedagógicos**. v. 7, n. 3 (20. ed.). p. 1604-1629. 2016. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SILVA, Wagner da; LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. Os centros educativos familiares de formação em alternância nas reflexões sobre desenvolvimento: o estado da arte da produção acadêmica brasileira. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 193-216, set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SOUSA, Poliana Fernandes S. e; ROCHA, Solange Helena Ximenes. Aspectos históricos da criação da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 66, p. 106-122, 26 fev. 2015. Disponível em <http://www.scielo.org>. Acesso em: 13 abr. 2020.

TEIXEIRA, Edival Sebastião (Org.) Pedagogia da alternância e representações sociais de meio ambiente em docentes e discentes de casas familiares rurais. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 3, p. 100-117, nov. 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; CORONA, Hieda Maria Pagliosa; BERNARTT, Maria de Lourdes. Casas familiares rurais e desenvolvimento sustentável da Agricultura familiar na região Sudoeste do Paraná. **Revista Pedagógica, Chapecó**, v. 12, n. 25, p. 285-310, 21 fev. 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

TOCANTINS. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Tocantins**. Palmas,TO, 1989.

TOCANTINS. **Lei nº. 2.977**, de 08 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE/TO, 2015-2025). Palmas,TO, 2015.

TOCANTINS. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins**: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. Palmas,TO, 2009.

TOCANTINS. **Resolução nº 024**, de 14 de março de 2019. Aprova o documento curricular da educação infantil e do ensino fundamental, para o Território do Tocantins. Palmas,TO, 2019.

TRINDADE, Glademir Alves. VENDRAMINI, Célia Regina. A relação trabalho e educação na pedagogia da alternância. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 44, p. 32-46, 23 jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.org>. Acesso em: 13 abr. 2020.

VALADÃO, José de Arimatéia Dias; CORDEIRO NETO, José Raimundo; ANDRADE, Jackeline Amantino de. Bases sociotécnicas de uma tecnologia social: o transladar da pedagogia da alternância em Rondônia. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 24, n. 80, p. 89-114, mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.or>. Acesso em: 13 abr. 2020.

VIZOLLI, Idemar; AIRES, Helena Quirino Porto; BARRETO, Mylena Gonçalves. A Pedagogia da Alternância presente nos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Famílias Agrícolas do Tocantins. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e166920, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org>. Acesso em: 13 abr.

Recebido em 16 de abril de 2020.

Aceito em 28 de maio de 2020.